



Marconi Perillo (*sentado*) preside a sessão do Senado em que foram votadas diversas matérias; adesão da Venezuela ao Mercosul deve ser examinada no dia 9

Aprovados piso a policiais e maior rigor contra o crime organizado

A criação do piso salarial para os policiais civis e militares, o estabelecimento de maior rigor no combate ao crime organizado, novas regras para o pagamento de precatórios e mais facilidade para obtenção do divórcio estão entre as matérias aprovadas ontem pelo Plenário do Senado, que realizou esforço concentrado. **3**

Indenização para passageiro vítima de *overbooking*

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou projeto que garante indenização a passageiro de transporte aéreo vítima de *overbooking*. **5**

Áreas separadas em hotéis para não fumantes

Hotéis podem ser obrigados a oferecer acomodações separadas para fumantes e não fumantes, conforme decisão da Comissão de Assuntos Sociais. **6**

Irregularidades em obras com verbas da União

Diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, propõe que municípios e estados respondam por irregularidade em obras que executam com recursos da União. **2**

Regulamentação da Justiça de Paz é aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que regulamenta a Justiça de Paz, a ser criada na União, estados e Distrito Federal. Prevista pela Constituição, sua função será promover

a conciliação em questões relativas ao Direito de Família e das Sucessões que não envolvam patrimônio. Tratará também de pacificar conflitos de vizinhança e garantir os direitos fundamentais, entre outros. **4**



Túira Kayapó diz a Aloysio Guapindaia, da Funai, que não pode permitir a obra

Índios, ribeirinhos e técnicos criticam usina de Belo Monte

Em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, índios e ribeirinhos protestaram contra construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. Audiência discutiu estudo de impacto ambiental para a obra. **5**



Aloizio Mercadante (E), Francisco Dornelles, Romero Jucá e Antonio Carlos Júnior (de pé) participam da reunião da CCJ

Vencedores do prêmio Victor Civita recebem homenagem

A Comissão de Educação (CE) homenageou ontem os vencedores do prêmio Victor Civita Educador Nota 10 de 2009. O prêmio objetiva valorizar experiências de professores, diretores e coordenadores pedagógicos.

Os vencedores foram os professores Ademir Testa Junior (Educação Física); Andréia Legatzky Klitzke e Daniela Mazoco (Matemática); Áurea da Costa Martins e Rosângela Tamagnone (Arte); Claudia Tondato, Maria das Dores Raposo e Maria Tezera Lima (Língua Portuguesa); Karla Emanuella Pinto (Geografia); Milca Luiza dos Santos (Alfabetização) e Amarildo Reino de Lima (Gestão).



Senador Flávio Arns (2º à direita) entre professores que ganharam o prêmio este ano

Exame de acuidade visual e auditiva na educação básica

Os estabelecimentos públicos de ensino básico poderão ser obrigados a realizar exames de acuidade visual e auditiva nos estudantes, com preferência aos alunos da educação infantil. Determinação nesse sentido consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O relator, Flávio Arns (PSDB-PR), apresentou substitutivo a projeto (PLC 52/03) da Câmara que tramita em conjunto com mais quatro propostas (PLC 99/03; PLS 273/03; PLS 504/03; e PLS 240/07), que tratam, entre outros assuntos, de exames oferecidos pelo SUS.

Foto: de Wladimir Barreto

Dnit: estados e municípios devem responder por irregularidades

Diretor-geral do departamento propõe mudanças na legislação para responsabilizar diretamente as prefeituras e os governos estaduais por problemas em obras que executam em convênio com a União

O DIRETOR-GERAL DO Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot, propôs mudanças na legislação para responsabilizar diretamente estados e municípios por irregularidades em obras por eles executadas, mediante convênio, com recursos repassados pelo Orçamento da União.

A legislação deveria ainda permitir a efetiva responsabilização de empresas, engenheiros e técnicos envolvidos na elaboração dos projetos e execução dos empreendimentos, defendeu Pagot, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União



À mesa, André Luiz Mendes, deputado Carlos Melles e Pagot (D) ouvem Rafael Cavalcante, do TCU

(TCU), André Luiz Mendes, disse que, oito anos atrás, havia indícios de irregularidades graves em até 70% das obras fiscalizadas no Dnit, mas neste

ano foram apenas 11%, "reflexo da boa disposição do órgão em adotar recomendações saneadoras, sem conflitos".

Quatro obras do Dnit devem restar na lista de pendências

A audiência de ontem, com o diretor-geral do Dnit, foi a terceira de quatro previstas pela Comissão do Orçamento para debater, com órgãos e empresas federais, a situação de 41 empreendimentos com indícios de irregularidades graves constantes de relatório do TCU.

Antes de votar o projeto do Orçamento de 2010, a CMO decidirá sobre as obras que vão permanecer com fluxo de recursos interrompido até o saneamento das irregularidades. Divulgado em setembro, o relatório inicial do TCU incluía 16 obras com recursos do Dnit. Hoje, apenas 13 permanecem na lista, e o TCU está indicando à CMO a retirada de mais nove, por diversas razões, deixando apenas quatro com pendências para exame da comissão: a BR-265 (MG), a BR-101 (RJ), a BR-364 (RO) e a BR-010 (TO).

Ministérios explicam na CMO empreendimentos irregulares

Representantes dos ministérios da Integração Nacional e das Cidades também participaram ontem de audiência na Comissão Mista de Orçamento, para prestar esclarecimentos sobre obras com indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU. O engenheiro José Augusto Tostes Guerra informou as providências já adotadas ou em andamento pelo Ministério da Integração Nacional visando sanar irregularidades em obras como as do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi (RN) e das barragens de Congonhas (MG) e Berizal (MG).

Quanto à construção da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro, o analista de infraestrutura do Ministério das Cidades Ricardo Caiado de Alvarenga disse que a Secretaria de Transportes do estado (Setrans) já solicitou crédito suplementar de R\$ 4,16 milhões para essa finalidade.

DJ Marlboro nega ter abusado de menor

Em curto depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, o radialista Fernando Luis Mattos da Matta, conhecido como DJ Marlboro, declarou-se inocente da acusação de ter abusado de uma menina menor de idade. Ele e Junia Fonseca Duarte, parente da criança, são réus em inquérito por supostamente abusarem de G.M.C., de 4 anos.

Junia Fonseca Duarte não compareceu, pois, disse, está na Itália em viagem de trabalho. O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), determinou a convocação coercitiva de Junia, para que se apresente à comissão.

Fiscalização integrada dos gastos públicos

O 5º Fórum Senado Debate Brasil reuniu ontem legisladores, fiscalizadores e estudiosos no auditório do Interlegis para debater a fiscalização e o controle sobre os gastos públicos. A preocupação manifestada foi, sobretudo, com um trabalho integrado de fiscalização. Participaram, entre outros, os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Renato Casagrande (PSB-ES), o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, e o deputado estadual Carlos Ricardo Gaban (BA), da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Congresso celebra dia de solidariedade à Palestina

A Organização das Nações Unidas fracassou em sua tarefa de ajudar na construção do Estado palestino. Foi o que declarou o diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, Giancarlo Summa, em homenagem do Congresso ao Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Participaram também o embaixador palestino Ibrahim Alzeben, a embaixatriz Nahida Tamimi Alzeben e os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), João Pedro (PT-AM), Romeu Tuma (PTB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT), entre outros.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 10h, os senadores reúnem-se em sessão especial para comemorar os 45 anos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Às 14h, analisam, entre outras, proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

CE discute projeto de parceria que já levou escoteiros à Antártica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debate, a partir das 10h, projeto de parceria realizado entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e a União dos Escoteiros do Brasil, que neste ano culminou com a primeira visita de escoteiros brasileiros à Antártica. Entre os convidados, o subsecretário do Programa Antártico Brasileiro (ProAntar), José Robson Medeiros; o presidente da União dos Escoteiros do Brasil, Rubem Tadeu Perlingeiro; o coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica (Muteco), Paulo Eugênio de Oliveira; e os escoteiros Daniel Rodrigues, Gabriel de Sousa e Pâmela da Silva.

CRE sabatina amanhã diplomata indicado para a Mauritânia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 10h, projetos de decreto legislativo que aprovam os textos de acordos firmados pelo Brasil com a Alemanha, o Peru e a Nova Zelândia, além de projeto que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). A CRE examina ainda a indicação de Flávio Hugo Lima Rocha Júnior para exercer o cargo de embaixador na Mauritânia.

Congresso faz sessão para votar créditos a órgãos do governo

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta, às 10h, para votar créditos adicionais a diversos órgãos do governo federal.

Comissões realizam audiência sobre apagão elétrico

Às 8h30, as comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam audiência pública para tratar do apagão ocorrido em 18 estados brasileiros. Entre os convidados, o presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes; os diretores de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas, Cesar Ribeiro Zani; e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Gilberto Câmara. Em seguida, o colegiado se reúne para analisar, entre os sete itens da pauta, projeto que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.

Comissão de Orçamento promove reunião deliberativa

Às 10h, no Plenário 2 da Câmara, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião extraordinária deliberativa.

PEC dos Precatórios vai à promulgação

O Senado aprovou em dois turnos a proposta de emenda à Constituição (PEC 12-A/06) que altera as regras para o pagamento de precatórios – as dívidas judiciais de União, estados, municípios e Distrito Federal. A PEC criou regime especial por meio do qual a quitação dos precatórios alimentícios e de menor valor terão prioridade.

Grças a acordo entre os líderes, a proposta foi aprovada no mesmo dia pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo Plenário.

O texto aprovado obriga os municípios a destinarem entre 1% e 1,5% das receitas correntes líquidas para o pagamento dos precatórios; os estados, de 1,5% a 2%. Os valores das dívidas receberão atualização monetária de acordo com as regras da caderneta de poupança.

Metade dos recursos vai ser usada para pagamento por ordem cronológica e à vista. A outra metade da dívida deverá ser quitada por meio de leilões, em que o credor que conceder maior desconto sobre o que tem a receber terá seu crédito quitado primeiro. Também serão feitos pagamentos por ordem crescente de débito ou por conciliação entre as partes.

Votada mudança no divórcio

A eliminação da exigência da separação judicial prévia por mais de um ano ou da comprovação de separação de fato por mais de dois anos para a obtenção do divórcio foi aprovada em primeiro turno. A proposta de emenda à Constituição (PEC 28/09) recebeu voto favorável do relator na CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), e vai ser votada em segundo turno.

– Com essa PEC, o divórcio pode ser feito a qualquer tempo, como acontece em qualquer lugar do mundo – disse.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), observou que a proposta foi apelidada de “PEC do Amor”, já que permite um novo casamento legal. Marcelo Crivella (PRB-RJ), por sua vez, acentuou que o pré-requisito de um ano para reavaliar a separação tinha o objetivo de garantir ao casal a oportunidade de pensar melhor. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) considera que a PEC aperfeiçoa o Direito de Família.

Mudança no fuso leva a referendo

Os municípios do Pará e do Amazonas que tiveram a hora legal alterada pela Lei 11.662/08 realizarão referendo em 2010. A consulta popular, prevista em projeto de decreto legislativo (PDS 931/09) aprovado ontem pelo Plenário, deve indagar sobre a conveniência e oportunidade da mudança e ser organizada pela Justiça Eleitoral. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

Autores da proposta, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) agradeceram às lideranças partidárias pelo acordo que possibilitou a agilidade na votação do projeto e disseram que as bancadas do Pará e do Amazonas apoiaram a iniciativa.

Os dois senadores, além de defenderem o direito das populações atingidas serem ouvidas, detalharam como vários municípios de seus estados sofreram “consequências graves” com a mudança do fuso horário.

Pela manhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já havia dado parecer favorável à matéria, ao aprovar voto do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

DF vai assumir sua defensoria

Os senadores aprovaram, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 7/08) que transfere da União para o Distrito Federal a manutenção e organização da Defensoria Pública, tal como ocorre em todos os estados. A PEC segue agora para exame da Câmara dos Deputados.

O autor, Gim Argello (PTB-DF), argumenta que, embora a organização e manutenção da Defensoria Pública do DF seja competência da União, esta nunca a exerceu materialmente. Trata-se, então, de resolver conflito de competência entre o DF e a União.

Pela proposta, aplicam-se à Defensoria Pública do DF os mesmos princípios e regras que regem as demais defensorias públicas. Ao salientar a importância da Defensoria Pública do DF, Gim Argello informou que a instituição recebe atualmente 95% dos processos que tramitam no DF.

Vale-cultura passa em três comissões

Projeto que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura (PLC 221/09) foi aprovado ontem pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Assuntos Sociais

Renan Calheiros argumenta que a medida contribuirá para redução da criminalidade no país. Proposta, que também beneficia bombeiros, segue agora para o exame da Câmara



Servidores da área de segurança pública acompanham votação da PEC, que será agora examinada pelos deputados

Senado aprova piso salarial para policiais civis e militares

O SENADO APROVOU ontem a proposta de emenda à Constituição que determina a edição de lei para fixar piso salarial dos policiais civis e militares, incluindo bombeiros militares. O texto segue agora para o exame da Câmara dos Deputados.

A proposta (PEC 41/08) também estabelece que a União participará no custeio de parte da implantação desse piso, por meio de fundo próprio, formado com receitas tributárias e federais. Em razão de acordo de líderes partidários, a proposta foi votada em um só dia, com a

quebra dos interstícios que estipulam cinco sessões de discussão em primeiro turno e outras três em segundo turno.

De iniciativa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a proposta fora anteriormente aprovada com duas emendas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Emenda apresentada pelo relator da matéria e presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), reduziu de dois para um ano o prazo para o início da implementação gradual do piso.

Ao defender a PEC, Renan

afirmou que a melhoria salarial terá efeito instantâneo na carreira dos trabalhadores em segurança pública e na diminuição das taxas de criminalidade. Ele observou que, como não ganham o suficiente, os policiais vendem seus dias de folga para complementar a renda.

Demostenes ressaltou no seu parecer que a falta de remuneração adequada leva os policiais a buscar complementação de renda, trabalhando com segurança privada nos horários de folga, o que compromete a qualidade de sua missão.

Projeto facilita combate ao crime organizado

Projeto que visa ampliar a repressão ao crime organizado foi aprovado ontem pelo Plenário, mediante substitutivo apresentado pelo relator, Aloizio Mercadante (PT-SP). De autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o projeto possibilita aos membros do Ministério Público participarem da investigação criminal, mas apenas na fase de informações complementares necessárias à fundamentação da denúncia.

Integrantes da Polícia Federal argumentavam que a competência da investigação seria exclusiva dos delegados. Essa divergência levou Romeu Tuma

(PTB-SP) a apresentar um recurso apresentado em Plenário, em março deste ano, quando o projeto já estava na ordem do dia. Coube a Mercadante negociar uma solução de consenso entre as duas instituições.

– O Ministério Público está de acordo com o texto que nós fizemos, e a polícia também, porque os dois órgãos têm que trabalhar de forma complementar, e não um contra o outro, gerando conflito desnecessário e indevido, no esforço que o Brasil deve fazer contra o crime – disse Mercadante, depois da votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Conforme a proposição, que vai à Câmara, quem participar de organização criminosa poderá ser punido com prisão de três a 10 anos e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais crimes praticados.

A mesma pena se aplica a quem fraudar concursos públicos e licitações; intimidar testemunhas ou funcionários públicos que apuram as atividades da organização; impedir ou criar dificuldades à investigação; financiar campanhas políticas para eleger candidatos com o objetivo de garantir ou facilitar as ações de organizações; manter armas e munição ilegais.

Indicados integrantes da CPI do MST

Seguindo as indicações dos líderes partidários, a Mesa do Senado anunciou ontem os integrantes da CPI que deverá investigar denúncias de irregularidades no repasse de recursos ao MST. Os titulares são:

– do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB): Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Demostenes Torres, Gilberto Goellner e Efraim Moraes;
– do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB): Edu-

ardo Suplicy, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko e Inácio Arruda;
– da Maioria (PMDB/PP): Almeida Lima, Paulo Duque, Gilvam Borges e Lobão Filho;
– do PDT: Cristovam Buarque.
– do PSC: Mão Santa.

(CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto vai a Plenário e, como tramita em regime de urgência, terá que ser votado até 12 de dezembro. Caso contrário, passará a blo-

quear as votações do Plenário.

A proposta visa incentivar o trabalhador a frequentar cinemas, teatros, museus e shows, além de adquirir livros, CDs e DVDs, entre outros produtos

culturais. Na CCJ, a proposta foi acolhida com emenda do relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para incluir periódicos entre produtos que podem ser adquiridos com o vale-cultura.

Prevista na Constituição federal, instituição judiciária deve se dedicar à solução de conflitos de Direito da Família, como determinação de paternidade, e entre vizinhos

Regulamentação da Justiça de Paz é aprovada pela CCJ

A REGULAMENTAÇÃO DA Justiça de Paz, instituição prevista na Constituição, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. A Justiça de Paz – a ser criada e mantida pela União, no Distrito Federal e nos territórios, e pelos estados – terá competência para promover a conciliação em questões relativas ao Direito de Família e ao das Sucessões

que não envolvam patrimônio, além de pacificar conflitos de vizinhança e cuidar para que sejam respeitados os direitos e as garantias fundamentais, entre outras atribuições.

O projeto (PLS 551/07), do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), recebeu substitutivo do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS). De acordo com o texto de Simon, os juízes de paz têm competência tam-

bém para examinar e decidir processos de habilitação para o casamento; celebrar casamentos; tomar providências, quando necessário, para a determinação da paternidade e a obtenção do registro de nascimento e de óbito; orientar pessoas sobre o exercício dos próprios direitos; e representar junto ao Ministério Público a respeito de irregularidades de que tenham conhecimento.



Comissão também aprovou projeto que permite aos pais localizar endereço de pessoas condenadas por pedofilia

Presos ganham mais acesso à Defensoria Pública

A CCJ aprovou em caráter terminativo parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), com quatro emendas, a projeto de lei da Câmara (PLC 43/09) que altera a Lei de Execução Penal para garantir a assistência jurídica ao preso dentro do presídio, a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública e a possibilidade de a defensoria requerer um atestado anual de pena a cumprir.

PEC prevê perda de cargos de juiz e membro do MP

Juízes e membros do Ministério Público envolvidos em atos criminosos poderão perder o cargo por decisão de dois terços do conselho nacional ao qual estiverem vinculados, de acordo com substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) a proposta (PEC 89/03) de Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado pela CCJ.

Para Demostenes, a PEC “abre a possibilidade de o Poder Judiciário promover sua depuração”.

Vai à Câmara projeto que legaliza ortotanásia

Projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que legaliza a ortotanásia (PLS 116/00) foi aprovado ontem pela CCJ. A ortotanásia é a interrupção de procedimentos artificiais para prolongar a vida de pacientes em estado terminal. É diferente da eutanásia, em que são adotadas ações para acelerar a morte. Como a decisão foi terminativa, o projeto segue para a Câmara, se não houver recurso para o Plenário.

Comissão de Justiça propõe limites à terceirização

Proposta que proíbe a terceirização, por órgãos da administração pública, de serviços que estejam incluídos entre as atribuições regulares de seus servidores ou que representem necessidade finalística, essencial

ou permanente do órgão foi aprovada ontem pela CCJ.

Segundo o relatório de Osmar Dias (PDT-PR) ao projeto (PLS 223/09) de Marcelo Crivella (PRB-RJ), duas exceções são admitidas: contratos para tarefas executivas

e para atividades de tecnologia de informação, pesquisa e inovação tecnológica. A CCJ também aprovou requerimento de audiência sobre projeto (PLS 342/08) de moratória para o desmatamento na Amazônia Legal.

Exigência do diploma de jornalismo passa na CCJ

Proposta que estabelece a exigência de diploma específico para o exercício da profissão de jornalista foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e vai ao Plenário.

Atendendo a sugestões, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) incluiu no seu substitutivo à PEC 33/09, de autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), dispositivo sobre o colaborador, que produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização.

Concursado poderá ter garantia de nomeação

Projeto (PLS 37/2009) que estabelece o direito à posse no cargo de pessoa aprovada em concurso público dentro do número de vagas definido no edital foi aprovado ontem pela CCJ e vai ao exame do Plenário.

De acordo com a autora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), decisões do Poder Judiciário já garantem esse direito. A nomeação deverá ser feita no prazo de validade do concurso previsto no edital.

Dados de pedófilos na internet

Qualquer cidadão previamente cadastrado poderá ter acesso, pela internet, a banco de dados de condenados em sentenças definitivas por crimes de pedofilia. É o que prevê projeto (PLS 338/09) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) aprovado pela CCJ. Serão informados nome completo, data de nascimento, endereço residencial e do local onde trabalha ou estuda o indivíduo, além de sua fotografia e o crime pelo qual foi sentenciado.

A intenção, explica a senadora, é dotar o Brasil de recurso de defesa social já usado com sucesso nos Estados Unidos. Isso permitirá ao país saber da existência de pedófilos que tenham cumprido pena residindo próximo à residência ou à escola de seus filhos e adotar medidas de proteção.

Rigor contra fraude em combustíveis

A suspensão temporária de estabelecimento que vender combustíveis adulterados é o que determina projeto (PLC 162/09) aprovado ontem pela CCJ. Atualmente, a punição se restringe à aplicação de multa para quem cometer essa infração, com suspensão apenas no caso de segunda reincidência. O relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), lembrou que os combustíveis adulterados provocam defeitos e perdas de rendimento nos veículos que os utilizam, causando, assim, grande prejuízo aos consumidores.

Outro projeto aprovado (PLS 47/08), do ex-senador Expedito Junior, destina obrigatoriamente para o transporte escolar das prefeituras os veículos de transporte coletivo apreendidos e para os quais foi aplicada a pena de “perdimento”, por terem ingressado irregularmente no Brasil.

Acolhido cadastro positivo de crédito

A alteração da Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 263/04) que cria o cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito ou concessão de financiamento ao consumidor foi aprovada pela CCJ. A emenda da Câmara exige prévia autorização do consumidor para que o fornecedor possa encaminhar aos serviços de proteção ao crédito dados

sobre o adimplemento do crédito.

Pela legislação em vigor, o Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) só dispõe de cadastros negativos, ou seja, lista de pessoas inadimplentes. O projeto original, do ex-senador Rodolpho Tourinho, visa conceder ao cidadão que paga em dia suas contas facilidades na obtenção de crédito.

Referendo sobre mudança de fuso

A CCJ aprovou parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), com emenda, a projeto de decreto legislativo (PDS 931/09) para a realização de referendo em municípios do Amazonas e do Pará que tiveram a hora legal alterada em 2008. A proposta é dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Mais professores

A comissão também aprovou, em decisão terminativa, a criação de 8.400 cargos para o Ministério da Educação (MEC), entre os quais 2.800 para professores universitários. Também aprovou a criação de 14 cargos em comissão no grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), sendo sete para o Gabinete Institucional da Presidência para a segurança pessoal do presidente e do vice-presidente da República.

Debate sobre fumo em locais fechados

Em debate sobre o uso de cigarros, charutos e outros derivados do tabaco em ambientes coletivos fechados, os integrantes da CCJ se dividiram. Pela proibição total se aliaram Tião Viana (PT-AC), autor do PLS 315/08, e Marina Silva (PV-AC), relatora do projeto. Pela parcial, entre outros, Romero Jucá (PMDB-RR) – autor do PLS 316/08, que libera o fumo em varanda, calçada e balcão abertos de recintos fechados e, nos locais com área superior a 100m², permite um espaço para fumantes isolado por barreira física e com tratamento para exaustão do ar. O PLS 420/05, de Magno Malta (PR-ES), que tramita com os outros dois, amplia o rol de lugares onde o fumo deve ser restringido. Essas matérias estavam em pauta ontem, mas pedido de vista adiou a votação.

Igualdade entre os sexos no trabalho

Sugestão de projeto que cria mecanismos para garantir igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho e coíbe práticas discriminatórias foi entregue ontem ao presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que coordena a

Bancada Feminina no Senado, acompanhou a ministra.

A proposta baseia-se em princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A ministra afirmou que os salários recebidos pelos homens continuam superiores aos das mulheres, apesar de as mulheres já liderarem 37% dos lares.

Imóvel próximo a aeroportos terá de ser sinalizado

As propriedades vizinhas às zonas de proteção de aeródromos e helipontos deverão conter equipamentos de sinalização e balizadores aéreos, instalados, operados e mantidos pelo proprietário, titular

do domínio útil ou possuidor dessas propriedades. A exigência foi aprovada pela CCJ em decisão terminativa.

O projeto (PLS 664/07), de Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi relatado por Romero Jucá (PMDB-

RR), que acrescentou dispositivo para estabelecer multa diária pelo descumprimento da obrigação, sem prejuízo da instalação do equipamento pela autoridade competente, às expensas do infrator.

Durante debate, representantes dos indígenas e de populações do Xingu disparam críticas e exigem que projeto seja "abandonado definitivamente"

Índios e ribeirinhos protestam contra Belo Monte

DEBATE SOBRE O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da construção da usina de Belo Monte (PA), no rio Xingu, realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi marcado por manifestações dos povos indígenas e das populações ribeirinhas contrários à construção da hidrelétrica e por críticas à Fundação Nacional do Índio (Funai).

O acirramento das posições em torno da usina ficou evidente quando o índio Luiz Xipaia leu um manifesto em que diversos povos indígenas informam que não se sentarão mais à mesa com representantes do governo para falar sobre Belo Monte e advertem que "o rio Xingu pode virar um rio de sangue".

No manifesto, eles referem-se a perdas territoriais que sofreram e ao desrespeito aos seus direitos ao longo dos anos. Salientam que, apesar de há duas

décadas os índios terem dito que o projeto era inviável, o governo não apresentou propostas alternativas para as populações indígenas da região.

Em outro momento da audiência, a índia Tuíra Kayapó, que há 20 anos teve sua imagem divulgada em todo o mundo, ao aproximar-se de dirigente da Eletronorte com um facão, para protestar contra a obra Complexo Hidrelétrico do Cararaó, criticou, diante do presidente substituto da Funai, Aloysio Guapindaia, o projeto de Belo Monte. Tuíra disse que tinha o Xingu "na mão e no coração" e que não podia permitir a construção da usina.

Em nome do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo condenou a destinação de recursos do BNDES para o que qualificou de "projetos de destruição do meio ambiente" e defendeu que o projeto de Belo Monte seja "abandonado



Durante a audiência na Comissão de Direitos Humanos, Suplicy e Nery conversam com representantes dos povos indígenas definitivamente".

Estiveram presentes ao debate, além de integrantes dos povos Kayapó, Juruna e Xavante, representantes dos ribeirinhos,

dos trabalhadores rurais, dos estudantes, dos educadores, das mulheres e da juventude da região. Eles gritaram palavras de ordem e entoaram cantos

com letra como "Embarca na luta, embarca, molha o pé, mas não molha a meia, não venham lá de Brasília fazer barragem na terra alheia".

Pesquisadores apontam omissões no estudo sobre o impacto ambiental

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA) recebeu críticas de especialistas, durante a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Os pesquisadores ouvidos pela comissão apontaram omissões no estudo, etapa imprescindível para o início das obras.

Coordenador do Painel de Especialistas que produziu a "Análise crítica do impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte", Francisco Del Moral Hernandez apresentou uma série de críticas ao estudo, questionando inclusive a viabilidade da construção.

O procurador da República em Altamira, Rodrigo Timóteo Costa e Silva, disse que não houve um diálogo mais profundo com as populações indígenas diretamente atingidas por Belo Monte e que há uma pressão do governo federal para a realização de um licenciamento ambiental rápido do projeto.

Por sua vez, o presidente substituto da

Funai, Aloysio Guapindaia, declarou que as comunidades que sofreriam impactos com a obra foram ouvidas antes da elaboração de parecer no qual a fundação apresentou algumas recomendações.

Entre as recomendações, estão as de que o Ibama desse garantias de que a vazão do rio não geraria impactos sobre a fauna da região e sobre as populações que dependem do rio para viver; de que fossem adotadas medidas de compensação a esses impactos; e de que o poder público estivesse presente para controlar os impactos durante a construção da usina, inclusive para acompanhar o adensamento populacional na região.

Já Guilherme Zagallo, relator para os direitos humanos e o meio ambiente da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA Brasil), disse que a Funai não foi cautelosa em seu parecer e que as comunidades indígenas não puderam manifestar-se devidamente.

Marina diz que presidente do Ibama estaria muito desconfortável no cargo

A senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PV-AC) afirmou, durante a audiência pública, ter tido conhecimento de que o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, estaria se sentindo "muito desconfortável" no cargo diante das pressões para a liberação rápida da licença ambiental da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Marina disse ainda ter tomado conhecimento que o diretor de licenciamento do Ibama, Sebastião Custódio Pires, iria pedir demissão por não querer assinar o documento.

A senadora relatou que, quando era ministra, não permitiu que pressões chegassem aos diretores ou ao presidente do Ibama. Ela citou o caso do processo de licenciamento da usina do rio Madeira – que qualificou de "tensionado".

Ao abrir a reunião, o presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), manifestou sua preocupação com a transformação do aquecimento global numa discussão

restrita à emissão de dióxido de carbono. Segundo Cristovam, o problema ambiental tem que ser discutido do ponto de vista dos distúrbios e dos sofrimentos que provocam sobre as gerações atuais e as futuras. Para o senador, questões como energia nuclear e grandes represas têm de estar nesse debate.

Ao final da reunião, o vice-presidente da CDH, José Nery (PSOL-PA), informou que a comissão realizará audiências públicas, em 2010, em Belém e Altamira (PA).

Nery disse que, considerando a gravidade das denúncias de pressões sobre o Ibama, solicitará ao presidente da CDH que manifeste à direção do instituto preocupação com o fato e reafirmando que o Ibama é "um órgão do Estado brasileiro, que não pode sujeitar-se a pressões de empreiteiras e grupos econômicos, que certamente serão os grandes beneficiários de Belo Monte".

Também participaram da audiência Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Paim (PT-RS).

Comissão aprova proposta que coíbe overbooking

Projeto determinando a indenização de passageiro de transporte aéreo que for vítima de *overbooking* foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A indenização terá valor equivalente ao da tarifa para o trecho considerado – em classe econômica ou superior, sem descontos – e será paga imediatamente após a empresa aérea negar o embarque. O pagamento será feito em moeda nacional ou na forma de crédito em aberto, a critério do passageiro.

A proposta (PLS 114/04), de Serys Slhessarenko (PT-MT), foi aprovada sob a forma de substitutivo de Roberto Cavalcanti (PRB-PB), havendo, portanto, necessidade de turno suplementar de votação. A CDR aprovou requerimento de Serys para realização de audiência pública para discutir o futuro da aviação regional no país com a presidente da Anac, Solange Vieira, e representantes da Infraero, da Embratur e do Ministério da Defesa.



Valdir Raupp (E), César Borges e Adelmir Santana na CDR

Repasse federal poderá exigir conselho municipal

Os municípios podem ser obrigados a organizar conselhos de Política Urbana e de Habitação para se habilitarem a receber recursos federais destinados a programas de desenvolvimento urbano e de habitação. De acordo com projeto (PLS 198/09) aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), os municípios terão prazo de três anos para elaborar, e manter atualizado, um cadastro público de beneficiários de programas habitacionais de interesse social.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), autora da proposta, explica que a medida busca evitar a duplicidade de benefícios. O senador Jefferson Praia (PDT-AM), relator, ressaltou a importância dessa obrigatoriedade. Aprovado em decisão terminativa, que dispensa a votação em Plenário, caso não haja recurso, o projeto vai à Câmara.

Audiência com ministro sobre banda larga

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou requerimento convidando o ministro das Comunicações, Hélio Costa, para participar de audiência sobre o Plano Nacional de Banda

Larga, proposto pelo ministério. A reunião está prevista para 10 de dezembro.

A CCT também incluiu novos convidados para audiência pública que debaterá as sanções

administrativas aplicadas a empresas de telecomunicações, por desrespeito ao direito do consumidor. Serão ouvidos também o diretor-executivo do Procon de São Paulo, Roberto

Pfeiffer; a defensora pública do Rio de Janeiro Marcela Oliboni; e o presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), Leonardo Bessa.

Estabilidade é estendida à guarda de recém-nascido

O direito a estabilidade provisória, garantido atualmente à gestante, pode ser estendido a quem detiver a guarda de criança recém-nascida quando da morte da mãe. É o que estabelece projeto de lei (PLC 62/09) da deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A medida, na opinião do relator, senador Mão Santa (PSC-PI), protege a infância, estimulando a paternidade responsável e a adoção. Para Mão Santa, o Estado pode, assim, atuar "para que o trauma causado pela perda de uma mãe seja imediatamente provido com o carinho do pai".

CAS acolhe regulamentação de três profissões

As profissões de apicultor, DJ e nutricionista tiveram suas propostas de regulamentação aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. O projeto que beneficia os apicultores (PLC 144/09) vai à sanção. O que regulamenta a profissão de DJ (PLS 740/07) é do senador Romeu Tuma (PTB-SP) e o que regulamenta a profissão de nutricionista (PLS 249/06) foi aprovado em turno suplementar. Ambos vão direto ao exame da Câmara. A CAS aprovou ainda o PLS 423/09, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que equipara a pesca à atividade agropecuária.

Projeto votado pela Comissão de Assuntos Sociais e que vai a Plenário determina que estabelecimentos reservem parte das acomodações para quem não tem vício

Aprovada separação de área em hotéis para não fumantes

A OFERTA, PELA rede hoteleira, de acomodações separadas para fumantes e não fumantes poderá passar a ser obrigatória, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta será agora examinada em Plenário.

A matéria (PLS 10/00) obriga hotéis, albergues, pousadas e outros estabelecimentos de hospedagem a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes. Os estabelecimentos

que possuírem mais de 80 quartos ou apartamentos, prevê o projeto, devem reservar 20% deles para utilização exclusiva de hóspedes não fumantes.

O relator na CAS, senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), ressaltou que o fumo causa males não apenas aos fumantes, mas também a quem não fuma, mas convive com fumantes. O senador contou que foi fumante por muito tempo, o que fez com que tivesse câncer de estômago.

– O projeto é de alta relevância social, pois fecha mais uma porta para extinguir de vez esse mal que atinge a Humanidade – disse Osvaldo Sobrinho.

O senador Augusto Botelho (PT-RR), que é médico, informou que morrem cerca de 200 mil pessoas por ano em razão de doenças relacionadas ao fumo. Na opinião do senador Paulo Paim (PT-RS), as pessoas devem fumar em lugar próprio, que não prejudique quem não fuma.



Mozarildo, Fátima Cleide (atrás), Osvaldo Sobrinho, Mão Santa, Heráclito (em pé), João Durval, Augusto e Wellington na CAS

Estagiários podem ter acesso a vale-transporte

Projeto que assegura vale-transporte a estagiários foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), recebeu decisão terminativa, e seguirá direto à Câmara, se não

houver recurso ao Plenário.

Por meio da proposta, o senador altera a lei que regula os estágios de estudantes de ensino superior e profissionalizante do 2º grau e supletivo (Lei 6.494/77) para garantir o benefício também aos estudantes.

O relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), destaca que o valor da bolsa de estágio não é suficiente para cobrir despesas com transporte. Há ainda casos em que os estágios não são remunerados, justifica Mesquita Júnior.

Maus gestores do SUS poderão ser responsabilizados

A CAS aprovou projeto que estabelece instrumentos legais para apurar responsabilidades e aplicar sanções aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) que não cumprirem as obrigações assumidas. A proposta, do senador Augusto Botelho (PT-RR), ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 190/09), será passível de punição o gestor que deixar de aplicar os recursos mínimos estabelecidos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde, aplicar os recursos em atividades diferentes da estabelecida em lei ou deixar de executar ou interromper injustificadamente as ações previstas, causando consequências à saúde da população.

O relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), disse que o SUS é "um sistema único no mundo no que tange a idealização". No entanto, disse, sua aplicação não é eficiente por falta de normas que responsabilizem os gestores.

A proposta também determina que o gestor poderá responder pela aplicação dos recursos financeiros em atividades não previstas no plano de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública na área sanitária; por informações falsas no relatório de gestão; por descumprir metas da execução orçamentária ou por fraudar banco de dados utilizado no âmbito do SUS.

Outros projetos aprovados na Comissão de Assuntos Sociais

Na reunião de ontem, a CAS aprovou ainda os seguintes projetos:

– **PLS 51/07**, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que visa garantir fornecimento de vacinação antipapilomavirus (HPV) à população. Aprovado em decisão terminativa.

– **PLC 111/09**, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), que restringe a venda de antibióticos. A proposta foi aprovada em turno suplementar. Havia sido aprovada em reunião anterior na forma de substitutivo apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). A decisão da CAS tem caráter terminativo.

– **PLC 136/09**, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), entre outras providências. A proposta é da Presidência da República.

– **PLS 371/09**, do senador Paulo Paim (PT-RS), que visa permitir que o trabalhador com 35 anos de contribuição previdenciária, se homem, e 30 anos, se mulher, possa sacar os recursos acumulados na sua conta de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

– **PLS 210/09**, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que submete ao regime de vigilância sanitária os equipamentos e produtos destinados à emissão de raios laser de uso médico,

industrial, de entretenimento ou de quaisquer outras utilizações em que esteja envolvido risco à saúde humana individual ou coletiva. Aprovado em decisão terminativa.

– **PLS 49/08**, do ex-senador Expedito Júnior (PR-RO), que estende o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes.

– **PLS 79/09**, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43) para tratar da coação ou do assédio moral no trabalho.

– **PLC 46/09**, do deputado José Linhares (PP-CE), que asse-

gura acesso de religiosos para fins de assistência em hospitais, clínicas e similares de ordem pública ou privada. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

– **PLS 344/06**, do senador Osmar Dias (PDT-PR), que visa revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.

– **PLS 334/05**, do senador Flávio Arns (PSDB-PR), que visa desconsiderar dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebi-

dos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar *per capita* para concessão do benefício para outro integrante.

– **PLS 317/07**, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso pelos planos e seguros privados de assistência à saúde.

– **PLS 439/08**, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que altera a lei que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência (Lei 7.853/89), para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

ACM Júnior quer autonomia para o BC



Antonio Carlos Júnior

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu ontem a autonomia do Banco Central. O parlamentar apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) substitutivo a projetos que tratam do sistema financeiro nacional, como o PLS 72/07, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que estabelece essa autonomia.

– Isso contribuiria para manter as expectativas sob controle e para alcançar a meta de inflação com menor sacrifício em termos de taxa de juros – afirmou ACM Júnior.

Ele propõe que os mandatos do presidente da República e da diretoria do Banco Central não sejam coincidentes.

Dornelles apoia política de desonerações



Francisco Dornelles

Baseado em dados relativos à receita com impostos no mês de outubro, que mostraram queda na arrecadação e no superávit primário e aumento no déficit nominal, Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que, à primeira vista, isso pode parecer um descontrole no campo financeiro. O senador, no entanto, garantiu que não há descontrole.

– Se o governo não tivesse reduzido impostos, a taxa de juros, ampliado o redesconto e facilitado a política creditícia, o país teria entrado numa grande recessão e nós teríamos uma arrecadação menor – avaliou, elogiando a reação do governo à crise financeira.

MÃO SANTA: CAMPANHA PELA SERRA VERMELHA

Um cartaz divulgado pela Rede Ambiental do Piauí (Reapi), com o apoio de mais de 40 organizações não governamentais do país inteiro, intitulado “A serra Vermelha abriga muitas espécies, conheça os principais predadores”, foi exibido por Mão Santa (PMDB-PI). O senador destacou que a campanha das ONGs, denominada SOS Serra Vermelha, pede a criação do Parque Nacional Serra Vermelha no sul do Piauí e acusa autoridades – entre as quais, o governador do estado, Wellington Dias, e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc – de serem “predadores” de espécies em extinção.

Mão Santa acusou o governo do PT de vender parte da serra “para milionários poderosos que querem transformar a pouca vegetação daquela região em carvão”. A quarta etapa de mobilização da campanha, frisou, está divulgando que “mais de 338 espécies de animais podem ver sua floresta, uma das mais raras e antigas do Brasil, virar carvão”.

CAVALCANTI DEFENDE AVIÕES DA EMBRAER

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lamentou as notícias de que parlamentares norte-americanos teriam pressionado o governo dos Estados Unidos para que não compre os aviões Super Tucanos, aeronaves de ataque leve produzidas pela Embraer. O senador disse que ficou “absolutamente perplexo” com essa informação, veiculada pelo jornal *Correio Braziliense*.

Ele explicou que a negociação com o governo dos Estados Unidos poderia envolver cerca de cem aeronaves, que seriam compradas ou arrendadas. Cavalcanti disse que a empresa norte-americana Boeing participa, de forma livre, de concorrência aberta pela Força Aérea Brasileira (FAB) para aquisição de 36 caças de alta tecnologia e era de se esperar o mesmo tratamento para a empresa brasileira naquele país.

Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou o pronunciamento.

Virgílio alerta para efeitos do aquecimento no Brasil

Senador cita estudo segundo o qual o rio Amazonas pode perder 30% de sua vazão até 2100 por conta das mudanças climáticas. Afirmo que rios já vêm secando na região

A POUCOS DIAS da Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, a COP-15, de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca, Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertou para os efeitos das mudanças climáticas no Brasil. Citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* publicada em novembro que indica as possíveis perdas do Brasil em razão do aquecimento global.

O estudo aponta para os riscos de o rio Amazonas sofrer uma redução de 30% em sua vazão, até 2100, e de outras regiões do Brasil também sofrerem com as mudanças do clima durante esse período.

Arthur Virgílio relatou casos recentes no Amazonas de leitos de rios secos e de escassez de água potável que estão acarretando problemas sociais e econômicos na região.

O senador observou que, embora os problemas previs-



“Queira Deus que, no amanhã, a visão da Amazônia e seu hoje fantástico potencial não fiquem resumidos a imagens fotográficas.”

tos no estudo pareçam distantes no tempo, é necessária atenção imediata por parte do governo.

– Queira Deus que, no amanhã, a visão da Amazônia e seu

hoje fantástico potencial não fiquem resumidos a imagens fotográficas, como mera lembrança de um tempo em que não se agiu como seria necessário – assinalou.

Oswaldo Sobrinho elogia as ações do Brasil na Antártica

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) comentou em Plenário sua participação em missão realizada na semana passada junto ao Programa Antártico Brasileiro, da Marinha do Brasil, em companhia de Jefferson Praia (PDT-AM) e Sadi Cassol (PT-TO).

O parlamentar defendeu a alocação de mais recursos orçamentários aos cientistas, ao salientar que o Brasil vem realizando um trabalho sério na Antártica em várias frentes de pesquisa, o que, afirmou, enobrece a ciência e a tecnologia nacionais.

No último dia 30, Oswaldo Sobrinho também esteve em Rondonópolis (MT) conhecendo trabalhos desenvolvidos pela Maçonaria no município.

Jefferson destaca reunião em Manaus da Comissão de Mudanças Climáticas

Jefferson Praia (PDT-AM) fez em Plenário um relato sobre a audiência pública que a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas realizou em Manaus, no dia 19 de novembro. Segundo o senador, foi enfatizada na reunião a necessidade de que as políticas públicas a serem implantadas na região com o objetivo de reduzir as emissões de gás carbônico levem em consideração os 25 milhões de habitantes da Amazônia Legal.

Jefferson Praia informou que as autoridades estaduais especializadas em meio ambiente, presentes na audiência, defenderam a adoção de estratégias de valorização de produtos e serviços ambientais, por meio de incentivos fiscais e microcrédito para

projetos sustentáveis de pequena escala, além de fornecimento de assistência técnica, garantia de preços mínimos e de acesso aos mercados consumidores.

As propostas, disse o parlamentar, deverão ser levadas à Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), em Copenhague, que terá início no dia 7 deste mês.

O senador registrou ainda a realização de parceria entre o estado do Amazonas e o estado norte-americano da Califórnia e algumas províncias da Indonésia para a implantação de mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental (Reed), com a manutenção da floresta em pé.

NERY REGISTRA APOIO A ASSOCIAÇÃO DO BANPARÁ

José Nery (PSOL-PA) defendeu em Plenário as reivindicações da Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Pará (Afbepa) encaminhadas à governadora Ana Júlia Carepa.

Os servidores pedem o fortalecimento do Banpará como banco público, a tutela antecipada do plano de cargos e salários e o combate à prática de assédio moral e à pressão pelo cumprimento de metas, entre outras reivindicações.

Nery disse ainda que boa parte dos paraenses e dos funcionários do banco discorda de uma possível incorporação do Banpará pelo Banco do Brasil.

VICENTE CLAUDINO QUER REGIONALIZAR CULTURA

João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu a necessidade de reformulação da Lei Rouanet, de incentivo à cultura, de modo a regionalizar os recursos públicos, criar novas faixas de isenção fiscal e exigir das empresas beneficiadas uma contrapartida de 20% em recursos financeiros.

Ele assinalou que, desde sua criação, em 1991, a Lei Rouanet distribuiu R\$ 9 bilhões, sendo que apenas 1% foi dirigido à região Norte e 80% para a Sudeste, a maior parte para São Paulo e Rio de Janeiro.

WELLINGTON PROPÕE ROYALTIES POR MINÉRIOS

Wellington Salgado (PMDB-MG) anunciou a apresentação de projeto de lei que obriga o pagamento de *royalties* aos estados e municípios em decorrência da exploração de minérios. Wellington disse que Minas Gerais sofre com as escavações, mas não recebe compensações pela atividade mineradora.

– Por que os estados recebem *royalties* pela exploração de petróleo e gás natural e não recebem pela exploração mineral? Está tudo errado e não vejo ninguém falar nada. O carvão também tem que ter *royalties*. Esse é um projeto pelo qual eu vou lutar – disse.

Cristovam: educação é caminho para futuro buscado em Copenhague

Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou a realização nesta semana, em Belém, da 6ª Conferência Internacional para a Educação de Adultos, que tem como tema a erradicação do analfabetismo. Participam do evento 93 ministros

da Educação e representantes de governos e da sociedade civil de 156 países.

O senador chamou atenção para o fato de a conferência sobre o analfabetismo ocorrer a poucos dias da Conferência das

Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), em Copenhague, Dinamarca, de 7 e 18 deste mês.

Enquanto Copenhague buscará um novo modelo de desenvolvimento, de Belém vem a ideia de

que a educação pode ser o caminho para esse paradigma.

– O Brasil está sendo a sede do encontro pela revolução na educação; a Dinamarca, a sede do encontro pela busca de um desenvolvimento equilibrado.



Cristovam Buarque

Gilvam Borges cobra agilidade em licença ambiental



Gilvam Borges

Em protesto contra a demora na concessão de licenciamento ambiental para projetos hidrelétricos, Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem que esse atraso é um "grande obstáculo para a expansão da capacidade de geração de energia elétrica de forma previsível e dentro de prazos razoáveis". O problema, disse, está na falta de pessoal para agilizar as demandas de licença ambiental.

No caso do Amapá, segundo ele, a saída "esperada há mais de duas décadas é a construção do linhão de Tucuruí". A licença ambiental prévia para o início das obras, agendada pelo Ibama para 16 de agosto deste ano, foi adiada para 2010, reclamou o senador.

Paim lembra Dia da Pessoa com Deficiência



Paulo Paim

Na véspera do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado hoje, Paulo Paim (PT-RS) disse que essas pessoas esperam o justo reconhecimento como cidadãos e a efetiva prática da inclusão social.

– As pessoas com deficiência só precisam de oportunidades, porque têm muita capacidade e são muito mais competentes e eficientes do que alguns que se acham perfeitos – afirmou o senador.

Paim também manifestou solidariedade à família de Lucas, de quatro anos de idade, morto em incêndio na casa onde morava em Canoas (RS). A casa é vizinha do seu escritório político.

Mão Santa saúda decisão favorável aos apicultores



Mão Santa

Mão Santa (PSC-PI) destacou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do projeto que regulamenta a profissão de apicultor – responsável pela criação de abelhas. A proposta (PLC 144/09) foi aprovada em caráter terminativo e vai à sanção.

Ao defender o projeto, Mão Santa disse que há 350 mil apicultores no país, a maioria familiar. Ele também afirmou que a atividade gera 16 mil empregos diretos no setor industrial.

– A proposta vai proporcionar o direito de se exercer essa profissão com segurança.

Conforme o senador, o Brasil é o 11º produtor mundial de mel e o 9º maior exportador desse alimento.

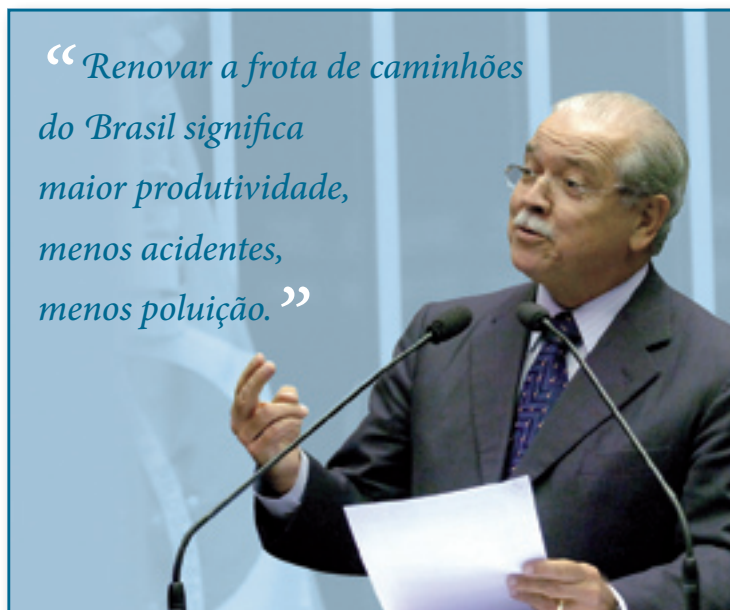
Senador cobra do governo federal a implantação do programa de incentivo à compra de veículos de carga novos: há 300 mil no país com mais de 30 anos de uso

César Borges pede renovação urgente da frota de caminhões

CÉSAR BORGES (PR-BA) alertou ontem, citando reportagem do jornal *Valor Econômico*, para o dado de que a maioria dos caminhões em circulação no Brasil tem mais de 21 anos de uso e 300 mil deles têm mais de 30 anos. Ele acrescentou que a frota brasileira pertencente a autônomos chega a 1 milhão de caminhões e defendeu uma renovação urgente.

O senador lembrou que o governo tomou medidas para baratear a aquisição de caminhões novos, como a isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a redução de 67% nos juros de financiamento e a criação do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), para facilitar os empréstimos e reduzir os riscos das operações de crédito bancário.

– Mas, passados meses da divulgação das medidas, elas não foram efetivadas. Na prática, o transportador não tem disponí-



“Renovar a frota de caminhões do Brasil significa maior produtividade, menos acidentes, menos poluição.”

Fotos de Gerardo Magliola

vel o financiamento pelo programa Procaminhoneiro com a nova taxa de juros e com o aval que viria do FGI – disse.

César Borges observou que, entre as consequências dessa frota tão antiga, estão o acrés-

cimo no tempo das viagens em razão de quebras dos veículos e da necessidade de frequente manutenção, o aumento dos acidentes rodoviários e da poluição ambiental, além de significativa redução de produtividade.

Crivella: proposta sobre royalties fere contratos

Marcelo Crivella (PRB-RJ) protestou em Plenário contra a proposta que está sendo debatida na Câmara dos Deputados sobre a distribuição dos royalties da exploração de petróleo na camada pré-sal, inclusive os das áreas já licitadas.

– Não é manchando a bandeira dos nossos princípios federativos, não é impondo à minoria que apenas se cale e se resigne que vamos construir um Brasil melhor – afirmou.

O senador lembrou que exis-

tem contratos, atos perfeitos de direito e leis em vigor que não podem ser modificadas “por qualquer maioria formada na obstinação eufórica de uma ganância momentânea”.

Na avaliação de Crivella, a coesão nacional não pode ser afrontada com “manifestações patológicas de regionalismos extremistas”. O parlamentar sugeriu aos deputados que busquem um acordo dentro dos princípios da moderação e do equilíbrio.



Crivella critica distribuição dos royalties de campos de petróleo já licitados

Valadares homenageia ex-governador Garcia Neto

O ex-governador de Mato Grosso José Garcia Neto, que faleceu no dia 20 do mês passado, recebeu ontem homenagens do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele lembrou que José Garcia Neto nasceu em 1922, no interior de Sergipe, onde passou a infância e a adolescência, e que sua família deu origem a outros dois governadores: Luiz Garcia, em Sergipe, e Gilton Garcia, no Amapá.

– José Garcia Neto nos deixou

um legado de honestidade e de elevado padrão ético, de lealdade e de exemplo de vida – afirmou o parlamentar.

Segundo Valadares, ele “levou uma mágoa da política, que foi a acusação infundada de que teria apoiado a divisão do estado de Mato Grosso”. Garcia Neto governou o estado entre 1975 e 1978.

– Ele fez uma administração grandiosa, eficiente, sempre voltada para o interesse do povo – ressaltou o senador.



Senador resalta “legado de honestidade” do político de MT

Osmar elogia a atuação do prefeito de Toledo

Osmar Dias (PDT-PR) relatou ontem em Plenário visita realizada ao município paranaense de Toledo. O senador elogiou o trabalho do prefeito José Carlos Schiavinato, citando experiências como a do Centro de Convivência da Terceira Idade e o Parque das Águas.

O centro de convivência oferece aos idosos sessões de fisioterapia, exames médicos regulares e tratamento de saúde, incluindo odontologia. Também disponibiliza equi-

pamentos para a prática do esporte e do lazer.

Osmar Dias informou que o Parque das Águas, construído junto ao Parque dos Pioneiros, deverá ser entregue ainda este ano.

Segundo o senador, estão sendo instalados no parque uma academia de musculação ao ar livre, piscinas e um córrego para a prática de esportes. Ele destacou que esse modelo de área de lazer poderá ser levado para outros municípios.



Osmar Dias destaca atendimento à terceira idade e o Parque das Águas

Oswaldo Sobrinho comemora 30 anos de Canarana

No dia 26 de dezembro, o município de Canarana (MT) completará 30 anos de emancipação. Antecipando as comemorações, Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) informou que a cidade, com população estimada em 19 mil habitantes, destaca-se como principal produtora de grãos do vale do Araguaia, sendo a soja o seu produto mais relevante.

Também ressaltou que Canarana tem grande potencial turístico e conta com pousadas às margens dos rios Sete de Setembro e Culuene. O senador lembrou que o início de Canarana coincide com o da Cooperativa Colonizadora 31 de Março (Coopercol), em 1971, com famílias vindas de Tenente Portela (RS).



Oswaldo Sobrinho

Mário Couto quer votação de projeto sobre aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) responsabilizou o presidente Lula pelo fato de a proposta que concede às aposentadorias o mesmo índice de reajuste do salário mínimo, em tramitação na Câmara, não ter sido votada. O senador lamentou que “os parlamentares sejam submissos à vontade do presidente”.

Mário Couto criticou o presidente da Câmara, Michel Temer, por ter feito a promessa de colocar projetos que beneficiam os aposentados em pauta, “e não tê-la cumprido”. Ele também fez críticas ao ministro da Previdência, José Pimentel, e pediu a instalação da CPI da Previdência.

Garibaldi: anistia previdenciária para empregador

A aprovação do projeto (PLS 447/09) que concede ao empregador doméstico anistia de contribuições devidas e não recolhidas à Seguridade Social pode gerar um aumento de arrecadação de R\$ 1,5 bilhão, argumentou o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) em discurso ontem.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no mês passado, seguindo para a Câmara. Garibaldi explicou que a proposta estipula condições para que a anistia seja concedida, como anotar em carteira de trabalho a data da efetiva admissão do empregado e recolher as contribuições referentes aos últimos 12 meses.



Mário Couto



Garibaldi Alves